



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000293-29.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 5ª Vara Criminal do Juízo de Vila Velha/ES - Comarca da Capital

JUÍZA TITULAR: Dra. Lucianne Keijok Spitz Costa

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

5ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE VILA VELHA/ES – COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **5ª Vara Criminal do Juízo de Vila Velha/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 11/2022 e do Edital n. 058/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 03/10/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **5ª Vara Criminal do Juízo de Vila Velha/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

Juíza	Vínculo	Ato
Lucianne Keijok Spitz Costa	Titular	nº 492/15 - 13/10/2015

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 15/12/2022)


Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Fernando Antonio Chamon Ribeiro	Analista Judiciário Especial - QS - Escrivão Judiciário	-
Fabio Zandomenico	Analista Judiciário 01 - QS - Escrevente Juramentado	Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 168/18 - 16/03/2018
Christina Cola Diniz de Carvalho	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Maria Luiza Guimarães Moreira Pires	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Giselle Pereira Rocon	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 15/12/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários – Área Judiciária** para a 5ª Vara Criminal do Juízo de Vila Velha. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **completo**, atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Ademais, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no site do Tribunal de Justiça¹, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 04 (quatro) servidores e a lotação paradigma também é de 04 (quatro) efetivos, vejamos:

 TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Graus do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de julho de 2022										
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJES										
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS	ASSESSOR DE JUIZ
1	C - CRIMINAL	5ª VARA CRIMINAL (ESPECIALIZADA EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER)	ES	VILA VELHA	4	4	0	1	0	0

1 Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf . Consulta realizada em 15/12/2022.

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	1.770	148
Janeiro a dezembro de 2021	2.078	173

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 15/12/2022)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	3.630
2021	1.791

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 15/12/2022)

Acervo atual

	Dezembro 2022
Total	1.584
Suspensos ou sobrestado	743
Arquivados provisoriamente	0
Tramitação ajustada	841

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos conclusos	114	68
Conclusos para sentença há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para decisão há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para despacho há mais de 100 dias	1	0
Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/12/2022)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	147	65
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	10	57

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/12/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
-----------	---------	---------

Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/12/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	44	23

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/12/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	8	3

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/12/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	3	2

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/12/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	27	11

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/12/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	113	94

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/12/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
154,3%	Meta cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e

Percentual obtido	Resultado
120,9%	Meta cumprida

Meta 4 CNJ/2021 (Improbidade Administrativa)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Percentual obtido	Resultado
116,1%	Meta cumprida

Meta 8 CNJ/2021 (Feminicídio e Violência Doméstica)

Identificar e julgar, até 31/12/2021: 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

Percentual obtido	Resultado
185,2%	Meta cumprida

(Fonte:Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 05/10/2022, revelou a existência de **114 (cento e quatorze)** processos em gabinete para análise da Magistrada, havendo 01 (um) processo concluso há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 15/12/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve uma redução, totalizando **68 (sessenta e oito)** processos, não havendo registro de processos com excesso de prazo de conclusão.

Destarte, observa-se que a quantidade de processos conclusos em gabinete para análise da Magistrada mostra-se equilibrada, não havendo registro de excesso de prazo para a prolação dos respectivos pronunciamentos judiciais.

Vê-se, daí, que diante do ritmo de trabalho adotado pelo Juízo, e na hipótese de sua continuidade, a unidade judiciária manter-se-á no seu curso regular.

Ademais, observa-se que todas as Metas CNJ direcionadas à Unidade no ano de 2021 foram devidamente cumpridas.

Contudo, no que se refere à designação de audiências, verifica-se que das **65 (sessenta e cinco)** audiências atualmente designadas, **57 (cinquenta e sete)** encontram-se acima do prazo regulamentar, algumas já provisionadas para o mês de **outubro de 2023**.

Em suas informações, a MM. Juíza, registrou que se referem a processos novos, com tramitação regular, cujas audiências foram designadas de acordo com a demanda da Vara.

Em que pese a informação prestada pela Magistrada, mostra-se necessário que o Juízo promova a

readequação da pauta de audiências para que estas sejam realizadas em prazo razoável, conforme orientações do Conselho Nacional de Justiça, devendo ser fixado como meta o prazo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade.

7.2. Secretaria

Analizando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma considerável melhora quanto às pendências inicialmente destacadas, entretanto, três pontos precisam ser observados com maior atenção pela secretaria, quais sejam: **processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, processos em carga externa e mandados pendentes de devolução há mais de 10 (dez) dias.**

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 dias, com exceção de dois processos que se encontram no Tribunal de Justiça, aguardando julgamento de recurso, atualmente constam 18 (dezoito) processos aguardando diligências cartorárias. Ademais, no sistema SIEP constam 03 (três) feitos paralisados no sistema desde os anos de 2008 e 2011, respectivamente.

Desse modo, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Quanto aos processos em carga externa por prazo excessivo, analisando a listagem atualizada, verifica-se que constam atualmente **11 (onze) feitos** nesta situação. Alguns encontram-se em carga para advogado há mais de 70 (setenta) dias.

Assim, deve a secretaria providenciar a cobrança dos referidos feitos, bem como manter o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Com relação aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça há mais de 30 (trinta) dias, compulsando a listagem atualizada, extraída em 15/12/2022, infere-se que **94 (noventa e quatro)** mandados permanecem sem devolução, sendo que alguns já contam com mais de 100 (cem) dias de distribuição.

Desse modo, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XIX, do artigo 439 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos à Magistrada, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 À Juíza Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas ao gabinete e cartório; <u>Adote</u> , doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas

	informatizados;
Audiências designadas	<p><u>Adote</u> as medidas necessárias para a readequação da Pauta de Audiências da Unidade, visando reduzir o tempo entre a designação e a realização das referidas;</p> <p><u>Fixe</u> como meta o prazo máximo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade.</p>

8.2. Ao Escrivão Judiciário

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Processos paralisados há mais de 100 dias	<u>Trabalhe</u> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais;
Juntada de petições	<p><u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><u>Observe</u>, doravante, rigorosamente o <i>prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas</i> na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;</p>
Mandados expedidos	<u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos <i>mandados judiciais expedidos</i> , em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XIX, do artigo 439 do Código de Normas.
Processos em carga externa	<p><u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><u>Adote</u>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;</p>
	<u>Observe</u> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto no inciso XXII, art. 439 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da

Cartas Precatórias	<p>carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante;</p> <p><u>Estabeleça</u> rotina de cobrança de devolução das Cartas Precatórias remetidas a outros juízos, cujo cumprimento extrapolar o prazo declarado, na forma do artigo 325 e seguintes do Código de Normas Judicial;</p>
---------------------------	--

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. À Juíza Titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado.
Processos físicos	<u>Utilize</u> os atos <i>judiciais</i> <i>dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i> , evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

9.2. Ao Escrivão Judiciário

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Processos aptos à conclusão	<u>Não retenha</u> os processos conclusos para análise do Magistrado em cartório; promova a fiscalização periódica dos autos para identificar aqueles que já estejam aptos à conclusão, em observância ao disposto no artigo 418 do Código de Normas e do artigo 228 do CPC;
Juntada de petições	<u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
	<u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não

Processos em carga	devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas;
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual;
Processos aptos ao arquivamento	<u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correição realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **5ª Vara Criminal do Juízo de Vila Velha/ES - Comarca da Capital** apresenta bons indicadores de desempenho e organização, em que pese a identificação de algumas inconsistências na movimentação processual.

Diante disso, foram traçadas determinações ao Sr. Escrivão Judiciário para que, em atenção às atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

À Juíza titular, por sua vez, foi determinado que adote as medidas necessárias para a readequação da Pauta de Audiências da Unidade, visando reduzir o tempo entre a designação e a realização das referidas.

Por fim, foi determinado à Magistrada que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 15 de dezembro de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 19/12/2022, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1426443** e o código CRC **B9D1E35A**.

